

## O nível de vida da população e os acordos com o FMI

### Carlos Marques

Dez anos após o 25 de Abril o estudo do nível de vida e da situação da população não pode ser feito sem uma análise séria da crise que diariamente entra pela casa dentro de quem trabalha.

Comer, vestir, e habitar são as primeiras, das primeiras necessidades de um povo.

A situação que hoje o povo português vive é a de uma degradação gritante do seu nível de vida em todos os aspectos.

Alguns indicadores mostram a negra realidade que tem sido ilustrada pelas pretas bandeiras que cada vez mais aparecem nas manifestações populares contra a fome e a miséria.

O desemprego, segundo as últimas declarações oficiais, já passa de meio milhão. (afirmação do Secretário de Estado do Emprego, Vitor Ramalho, Abril de 1984).

Mas o próprio Ministro das Finanças na discussão do Orçamento Geral do Estado para 1984, admitiu que o desemprego iria aumentar 4,4%, ou seja atingiria cerca de 700 000 desempregados.

Vários órgãos de imprensa no ano passado informaram da exigência do FMI de que no fim de 1984 se atinja um milhão de desempregados, ou seja 23,3% da população activa.

Para atingir tal fim preparam-se os meios legais necessários: as reformas antecipadas, as falências e o famigerado «lay-off».

A inflação atinge valores incontrolláveis.

Os últimos dados oficiais afirmam que no ano passado a inflação atingiu 25,5%. No entanto em vários locais e estatísticas referia-se que a inflação tinha ultrapassado os 30% no final de 1983 e que no mês de Março deste ano andou pelos 32%.

Esta inflação tem recaído sobretudo no nível de vida dos trabalhadores pois ela tem significado na prática um decréscimo do salário real, que tendo melhorado nos últimos anos do fascismo, devido à luta e resistência antifascista dos trabalhadores, e após o 25 Abril, começou no entanto a decrescer a partir de 1976 a um ritmo que o próprio Secretário de Estado Vitor Ramalho já foi obrigado a reconhecer estar hoje abaixo do salário real de 1973.

Só em 1983 o salário real baixou 7%, prevendo-se que em 1984 a descida seja maior, quer pelos aumentos já impostos e os que já estão planeados, quer pela vergonhosa permissão dos salários em atraso que obrigará, objectivamente a que nessas empresas a luta pela melhoria dos salários seja relegada para segundo plano, pois passará a centrar-se no pagamento dos salários atrasados.

O capital sabe como exercer a chantagem sobre quem trabalha para tentar impedir a luta por melhores condições de vida.

Importa ainda realçar que estes dados e percentagens sobre a queda do salário real não demonstram toda a miserável realidade, na medida em que no seu cálculo entra apenas o índice do aumento dos preços no consumidor e não entra o aumento da carga fiscal que nos últimos anos tem sido brutal.

A título de exemplo bastará referir que o imposto profissional em 1975 totalizou 4 045 000 000\$00 e este ano calcula-se que atinja treze vezes mais ou seja cerca de 55 600 000 000\$00.

Se a isto juntarmos o imposto extraordinário de 1983 totalizou 27 milhões de contos, de que uma grande fatia é devida ao famigerado imposto retroactivo dos 2,8%, então compreenderemos que a miséria na casa dos trabalhadores não é uma palavra de agitação política, mas uma dura realidade.

Podia-se aqui descrever toda uma série de dados sobre o terrível nível de vida do povo português. Mas bastará ilustrar apenas mais um aspecto: a habitação.

Em 1975 viviam em barracas 9385 famílias, em 1979 viviam 13 500, em 1981 já chegavam às 24 552 e este ano de 1984 a ter-se mantido o ritmo, e nenhuma medida objectiva foi tomada no sentido de o inverter, o número de famílias a viver em barracas situar-se-á nas 38 000 famílias.

Com os dados disponíveis podemos afirmar que cerca de 3 milhões de portugueses ou não têm casa ou moram em condições deficientes.

O mais escandaloso é que os dados oficiais anotam 300 000 casas vazias no país. Os próprios construtores queixavam-se de terem 45 000 a 48 000 fogos para vender e sem comprador.

Perante esta gritante realidade o governo lança um projecto-lei de aumento das rendas de casa cuja consequência imediata e inevitável será o crescimento em flecha das barracas pois os trabalhadores não aguentarão os aumentos das rendas e o despejo bater-lhes-á à porta.

Ao analisarmos o nível de vida da população e para nos inteirarmos bem da tragédia e do desespero que invade os lares de milhares e milhares de famílias trabalhadoras é preciso também dizer que no ano de 1983, com o desespero da fome, os suicídios em Portugal aumentaram assustadoramente, tendo totalizado 534.

Se a este número somarmos os 455, trabalhadores mortos no seu local de trabalho durante 1983, e que representa um aumento de 12,3% em relação a 1982, podemos compreender com toda a crueza a gravidade desta crise e como ela atinge quem trabalha.

### A crise não é para todos

Mas sendo a crise um facto, um outro facto indesmentível é que ela não é para todos.

Em 1983 mais de 1 750 000 trabalhadores recebiam menos de 20 000\$00 de salário, enquanto que 100 000 quadros recebiam mais de 50 000\$00 segundo as estatísticas oficiais do Instituto de análise da conjuntura e estudos de planeamento.

A estatística apenas dá indicadores até aos salários de 50 contos porque se desse os acima de 100, 150 e

de 200 contos poder-se-ia ver como uma ínfima minoria da «população activa» recebe salários que nada têm a ver com a tão apregoada crise.

Só um pequeno mas bem real exemplo para demonstrar como inclusive a crise tem ajudado a que uns poucos ganhem cada vez mais enquanto a grande maioria ganha cada vez menos em salário real.

Em 1974 na Fundação de Oeiras um quadro dirigente ganhava 48 000\$00 e um operário de primeira 13 050\$00. Em 1984 esse mesmo quadro ganha 150000\$00 enquanto o operário de primeira recebe 23 500\$00. Ou seja: o quadro dirigente aumentou nestes dois anos 102 000\$00 do que recebia enquanto o operário teve um aumento de salário de 10 450\$00. A crise de facto não é para todos ... !

E estes números dizem respeito a um quadro. Porque se falarmos dos gestores, administradores e gerentes então os números são muito mais escandalosos. O Jornal «A Tarde» bem informado e insuspeito nesta questão informava o ano passado que os ordenados dos gestores andavam em média entre os 300 e os 400 contos mensais. Ninguém pode negar que vale a pena ser gestor da crise ... !

Mas para quê ir tão longe se o salário global do 1.º ministro, somando todos os extras e representações, é de 247 000\$00 por mês o que equivale ao mesmo montante que recebe um pensionista durante cinco anos?

E como explicar que num país em crise, em 1983, se tenham gasto 82 milhões de contos, ou seja 10,5% do Orçamento Geral do Estado na segurança e ordem públicas e na defesa nacional?

Para mais de uma centena e meia de milhar de trabalhadores não há dinheiro para pagar os seus salários, mas houve dinheiro para pagar 144 MILHÕES de contos de indemnizações aos grandes capitalistas, preparando -se o governo para pagar ainda mais 60 MILHÕES.

Para quem trabalha nunca há dinheiro para melhorias salariais, mas para pagar aos imperialistas que diariamente roubam as nossas riquezas e exploram a nossa força de trabalho através das multinacionais, houve em 1983, 156 MILHÕES de contos só para pagar os juros da dívida externa.

Que a crise existe, é profunda, multilateral, e estrutural é indesmentível. Que as opções do poder político estão feitas para pôr quem trabalha a pagar a crise também ninguém pode negar.

Mas, estudar o trágico nível de vida da população implica colocar a questão: porquê esta situação, a que é devida?

### **Porquê esta situação?**

Após o 25 de Novembro a burguesia portuguesa adoptou um plano visando restaurar as velhas e podres estruturas do capitalismo português herdadas do fascismo.

A independência das colónias e a crise revolucionária de 74/75, assestaram machadadas profundas no capitalismo português o qual tinha crescido assente nos super lucros coloniais e na sobre exploração da classe operária imposta pelo regime fascista. Alteradas estas bases do capitalismo português, e enfrentando ainda as consequências da crise mundial do sistema capitalista, aquele entrou em crise.

A única saída encontrada pelo regime imposto em 25 de Novembro, foi procurar transformar Portugal num entreposto comercial e industrial do imperialismo. Sair da crise à custa dos trabalhadores e procurar assentar o seu modelo no desenvolvimento dos sectores virados para a exportação (nas indústrias de exportação tradicionais, nas indústrias baseadas na exploração de recursos naturais, ou nas indústrias de tecnologia intermédia, trabalhando por encomenda dos monopólios internacionais).

Um tal modelo de desenvolvimento tinha como pressuposto necessário o aumento da dependência externa para que o FMI e a CEE ajudassem os capitalistas portugueses a recuperar da crise à custa dos trabalhadores e da cedência das riquezas nacionais.

A economia portuguesa tornou-se assim ainda mais dependente das grandes multinacionais, do imperialismo americano e europeu.

Esta política teve como primeiro alvo as conquistas dos trabalhadores alcançadas em 74 e 75: destruição da Reforma Agrária para entregar de novo as terras aos latifundiários; redução dos salários reais, anulando assim as conquistas salariais de 74/75 e reduzindo o consumo, para dessa forma baixar o saldo negativo da balança de transacções correntes e atrair as multinacionais com os baixos salários; asfixia e colocação das empresas nacionalizadas ao serviço da acumulação e centralização do capital privado; aumento da repressão nas empresas e da legislação que lhe é favorável; divisão sindical para dificultar a resposta do movimento operário a uma política que lhe é desfavorável.

### **Acordos com o FMI - ruína, miséria e dependência**

Os acordos com o FMI constituíram o outro ponto chave para o desenvolvimento deste plano.

A política seguida pelos sucessivos governos foi a de contrair empréstimos externos com o objectivo de incentivar as indústrias de exportação e criar assim um excedente que permitisse ir pagando a dívida e estabilizar o capitalismo português.

Passados oito anos os resultados desta política estão à vista. Como até reconhece o vice-Primeiro Ministro Mota Pinto, criou-se um ciclo vicioso na economia portuguesa: «aos períodos de expansão segue-se o desequilíbrio das contas externas, com a conseqüente necessidade de políticas restritivas; uma vez recuperado o equilíbrio externo (à custa de sacrifícios cada vez maiores), o processo recomeça». Mota Pinto só não diz que este processo vem-se agravando consecutivamente, e também não refere porque existe e como resolver.

Na verdade a política de empréstimos e de acordos com o FMI tem vindo a tornar-se um cancro para os portugueses.

O FMI dá o aval para empréstimos mediante a exigência de medidas de fome e miséria: abaixamento ainda maior dos salários reais (menos 7% em 1983), aumento assustador do desemprego já superior a meio milhão), diminuição da produção nacional (PNB - 0,5% em 1983), etc ...

Uma tal política não visa criar bem estar ao povo português, assenta na diminuição do consumo interno

e no desenvolvimento da indústria de exportações, nem assegura o desenvolvimento económico independente do país, pois não é orientado para o desenvolvimento da agricultura e da indústria dos meios de produção, e é ainda confrontada com a crise internacional do sistema capitalista que leva os países a tomar medidas proteccionistas e restritivas nas importações, condenando o desenvolvimento do «modelo exportador português» à situação, aos desejos e aos interesses das multinacionais e do imperialismo.

### **Uma dívida impagável**

Mas o dado ainda mais significativo desta política de dependência é o crescimento constante e brutal da dívida externa. Passando de 1200 milhões de dólares em 1975 para 14200 milhões de dólares em 1983 ela representa cerca de 90% do PIB.

Uma tal dívida externa, das maiores a nível mundial, se não mesmo a maior per capita, condena o país a devedor eterno dos EUA e de outros países imperialistas, que cada ano vêm sugando ao país uma fatia maior da sua produção (só em juros Portugal pagará em 1984 220 milhões de contos - 8% do PIB - e 400 milhões em juros e amortizações) ...

Esta situação é ainda agravada pela desvalorização do escudo. E argumentado pelos sucessivos governos que a desvalorização do escudo é necessária para tornar as exportações portuguesas mais competitivas. Contudo o que acontece é precisamente o oposto. A desvalorização do escudo tem um duplo efeito negativo: por um lado encarece as importações, as quais não podem ser reduzidas substancialmente por assentarem em produtos básicos indispensáveis à economia nacional, além de que actualmente o FMI impõe o levantamento de medidas restritivas das importações (redução da sobretaxa de importação de 30 para 10%); por outro lado, a desvalorização do escudo agrava assustadoramente a dívida externa (devido à desvalorização do escudo e à revalorização do dólar, a dívida externa em 1983 em dólares significa 11 vezes a de 1975, em escudos significa 56 vezes).

A situação desastrosa da agricultura, com milhares de pequenos agricultores sujeitos á ruína, com a destruição parcial da Reforma Agrária e a ofensiva contra as cooperativas que restam e com a consequente quebra do produto agrícola agrava todos os problemas da economia nacional e reflecte-se também na dívida externa. A situação da agricultura obriga ao aumento das importações o que agrava o défice da balança comercial.

Portugal toma-se assim num país cada vez mais endividado. Por um lado paga juros fabulosos, para pagar esses juros e amortizar a dívida contrai novos empréstimos que conjuntamente com o défice crónico e crescente da balança comercial, com a previsível diminuição a prazo das remessas dos emigrantes e com a constante desvalorização do escudo obrigará a novos pedidos de empréstimos, fazendo a dívida entrar numa tal progressão em espiral que arrastará inevitavelmente o povo para a maior miséria, a economia nacional para a ruína e o país para a insolvência e a bancarrota.

A dívida externa é de facto impagável.

A conclusão a tirar destes oito anos de governação é que:

1 - a dívida externa é impagável, o país está atado totalmente aos ditames económicos, políticos e militares do FMI e dos EUA e essa dependência tende a agravar-se.

2 - o modelo exportador escolhido pelo capitalismo português leva o povo à miséria e a economia nacional à ruína.

3 - o capitalismo português colocado perante esta situação de uma economia em ruína e com uma dívida externa incomportável, tende necessariamente a procurar soluções políticas cada vez mais repressivas e fascizantes que lhe dêem os meios para reforçar mais e mais a sobre-exploração dos trabalhadores e conter o descontentamento popular com a repressão e a intimidação. Afinal, a solução sempre buscada pela parasitária burguesia portuguesa.

Estas conclusões apontam-nos claramente para a rejeição da política imposta pelo FMI. Mas elas não apontam só a rejeição dessa política. Exigem medidas concretas que a combatam e sem as quais qualquer perspectiva de desenvolvimento económico do país terá de ter dois vectores:

- tomar medidas de corte com a dependência externa;
- tomar medidas de defesa dos interesses dos trabalhadores e de ataque às grandes fortunas, ao grande capital.

Sem ter em conta estes dois vectores qualquer política de tipo desenvolvimentista fracassará, pois será garroteada pelo FMI e pelo imperialismo e sabotada pelo grande capital.

A situação que Portugal atravessa exige que os trabalhadores, democratas e patriotas lutem nomeadamente pelas seguintes reivindicações mínimas indispensáveis:

- revogação dos acordos com o FMI;
- suspensão do pagamento dos encargos com a dívida externa;
- defesa das condições de vida dos trabalhadores;
- pesados impostos sobre as grandes fortunas e não pagamento das indemnizações aos capitalistas.

A luta por estas medidas é não só indispensável para a defesa da situação económica do povo português, como é também indispensável para a defesa das liberdades.